

Índice

| | |
|---|---|
| Cuidar até ao final..... | 1 |
| Algoritmos que complicam a democracia | 3 |
| "The Post" | 4 |

Cuidar até ao final

Nos últimos tempos, surgiram propostas, no âmbito da saúde e na opinião pública, de incluir a eutanásia e o suicídio medicamente assistido (SMA) como parte dos cuidados paliativos. Contra essa abordagem tomou posição a International Association For Hospice & Palliative Care (IAHPC), a principal organização do setor, numa declaração que vamos resumir.

Na parte introdutória da [declaração](#) [Liliana De Lima *et al.*, "International Association for Hospice and Palliative Care Position Statement: Euthanasia and Physician-Assisted Suicide", "Journal of Palliative Medicine" 2017; 20 (1): 8-14], a IAHPC clarifica algumas noções básicas sobre o atendimento paliativo. Segue a definição da Organização Mundial de Saúde (OMS): "Os cuidados paliativos são uma abordagem que melhora a qualidade de vida dos doentes que enfrentam os problemas associados a uma doença mortal e a da sua família, através da prevenção e do alívio do sofrimento por meio da identificação precoce e de uma impecável avaliação e tratamento da dor e de outros problemas físicos, psicossociais e espirituais".

Assim, refere a IAHPC, os cuidados paliativos atendem a "todos os aspetos da pessoa", e ocupam-se tanto das necessidades dos doentes, como dos familiares ou de outras pessoas que cuidam deles.

Em relação aos pacientes, o objetivo do atendimento paliativo é ajudá-los "a viver com dignidade até à sua morte". Isso inclui, além do alívio da dor, o controlo dos sintomas e o bem-estar psicológico e espiritual, mas em nenhum caso a euta-

násia e o SMA, por muito que alguns setores queiram fazê-los passar por "morte digna".

Não é esse o caminho que aponta a IAHPC. Pelo contrário, ao longo do documento insiste na necessidade de investir mais para garantir o direito ao atendimento paliativo: "De acordo com as recomendações da OMS e de uma resolução da Assembleia Mundial de Saúde, os governos nacionais devem garantir o acesso aos cuidados paliativos e aos medicamentos essenciais, incluindo a administração imediata de morfina por via oral para o alívio da dor e do sofrimento. Se isso não for feito, infringe-se o direito à saúde e à liberdade contra tratamentos cruéis, desumanos e degradantes".

A IAHPC lamenta que, "embora existam os conhecimentos e capacidades para controlar a dor e diminuir o sofrimento, a maior parte da população mundial não tem acesso a cuidados paliativos. A maior necessidade acontece em países de rendimentos baixos e médios, onde vivem 78 % dos adultos que necessitam dos recursos de cuidados paliativos e onde os recursos de saúde são escassos".

O abuso dos opioides nalguns países ricos, um problema que [acontece mais nos Estados Unidos](#), fez com que tenham ganho uma má fama. Por isso, a IAHPC esclarece que fazem parte do atendimento paliativo básico: "Os opioides são utilizados em cuidados paliativos para o tratamento da dor grave e da dispnéia. A OMS incluiu uma série de medicamentos, entre eles os opiáceos (morfina, oxicodona, hidromorfona), para o tratamento da dor e cuidados paliativos na Lista Modelo de Medicamentos Essenciais da OMS".

E apesar de ser "um indicador de acesso aos cuidados paliativos", os opioides continuam a faltar em muitas partes do mundo. Neste aspeto, o contraste entre os países de rendi-

mentos elevados, por um lado, e os de rendimentos baixos e médios, por outro, é impressionante. Enquanto os mais desenvolvidos “consomem 90 % dos analgésicos opiáceos”, muitas vezes de forma inadequada, “mais de 80 % da necessidade mundial legítima de opiáceos para fins médicos não é satisfeita”, afirma a declaração, citando o Órgão Internacional de Fiscalização de Estupefacientes.

A lacuna é dilacerante. A IAHPIC está especialmente preocupada, porque alguns estudos indicam que “os doentes que não têm acesso ao alívio da dor se encontram num maior risco de suicídio e de morte acelerada”. Neste contexto desigual, não vale a pena procurar remédios fáceis: haverá que garantir o acesso de todos os países aos medicamentos adequados, mas “a IAHPIC mantém firmemente que as leis ou políticas que permitem a eutanásia ou o SMA nunca devem ser consideradas alternativas às políticas de apoio aos cuidados paliativos”. É uma ideia que se repete ao longo de toda a declaração.

Antes de se pronunciar oficialmente, a IAHPIC examina as razões que costumam motivar os pedidos de eutanásia e de SMA por parte dos doentes: desde o sofrimento físico provocado por uma doença atual, até à angústia antecipada por “ideias erradas” ou “imagens aterradoras” acerca da evolução da enfermidade, passando pelo medo da perda de controlo, que costuma estar relacionado com o receio de ser uma “carga” para os familiares.

Cada uma destas situações exige uma resposta concreta, com “estratégias médicas e não médicas”. A primeira coisa a fazer é a escuta atenta para compreender o que há por detrás dessas solicitações: “Na discussão destes desejos com os doentes, torna-se evidente que raras vezes este desejo é um pedido para levar a cabo. Os profissionais de saúde devem reconhecer estes desejos e pedidos, e interpretá-los como o ponto de partida do atendimento integral, com um controlo correto dos sintomas para aliviar o sofrimento, o atendimento psicossocial e espiritual adequado, e a comunicação exaustiva para entender melhor as motivações e atitudes subjacentes do paciente”.

Igualmente, tem de ficar clara a eficácia do atendimento paliativo para enfrentar essas situações, que em nenhum caso podem considerar-se razões legítimas para a eutanásia ou o SMA. “Para a maioria dos doentes, os cuidados paliativos básicos nas intervenções são eficazes e podem ser aplicados em casa ou em ambientes económicos ou de limitado nível de complexidade. Alguns doentes podem exigir equipas de cuidados paliativos especializados, multiprofissionais e interdisciplinares para o alívio dos sintomas ou problemas complexos. Em casos excecionais, quando a depressão física, psicossocial ou espiritual rejeita todos os restantes esforços paliativos, a sedação paliativa é uma opção eficaz de último recurso”.

Neste ponto, a IAHPIC também faz alguns esclarecimentos sobre a retirada dos tratamentos de suporte de vida e a sedação paliativa. E termina com uma chamada aos sistemas de

saúde, às comunidades e aos cidadãos para prepararem a “partilha do cuidado de pessoas com doenças terminais”. Trata-se de uma pista interessante para adaptar os voluntários a sociedades cada vez mais envelhecidas.

Relativamente a adiantar ou a atrasar a morte, aqui começa propriamente a tomada de posição da IAHPIC. O ponto de partida é a definição de cuidados paliativos da OMS, antes citada. Dela destaca que “se refere à morte como um processo normal e insiste em que os cuidados paliativos não têm a intenção de adiantar nem atrasar a morte. A eutanásia e o SMA encontram-se em conflito direto com esta definição”.

As principais afirmações da declaração da IAHPIC sobre ambas as práticas podem sintetizar-se em quatro pontos:

1. A eutanásia e o SMA vulnerabilizam a ética médica. “Em todo o mundo, os médicos estão preparados para prestar cuidados e preservar a vida. A começar com o juramento de Hipócrates (“Não darei nenhum medicamento letal a ninguém se mo pedir, nem sugerirei tal conselho”), os códigos da ética profissional para médicos clarificaram que acabar com a vida não faz parte das tarefas de um médico”. Por isso, a declaração afirma que “a prática da eutanásia e do SMA infringiriam estas normas profissionais”.

No mesmo sentido é a posição da American Medical Association e também a da World Medical Association, citadas pela IAHPIC. “A eutanásia, que é o ato de pôr fim deliberadamente à vida de um doente, ainda que a pedido do próprio paciente ou a pedido de familiares próximos, não é ética”, afirma a World Medical Association. E acrescenta: “o suicídio medicamente assistido, como a eutanásia, não é ético e deve ser condenado pela profissão médica. Quando a intervenção do médico é intencional e deliberadamente dirigida para permitir que uma pessoa ponha fim à sua própria vida, o médico atua sem ética”.

2. Minam a confiança nos médicos. “Dentro da profissão médica, a relação médico-paciente é muito importante. A IAHPIC pensa que as práticas da eutanásia e do SMA infringem o vínculo de confiança dentro da profissão médica, o que é essencial para a relação médico-paciente. A IAHPIC receia que estas práticas possam corroer a relação médico-paciente, que os doentes possam estar relutantes a receber um tratamento de cuidados paliativos por temor de que os médicos acelerassem a morte. A IAHPIC considera que a eutanásia e o SMA minam a integridade da profissão e a dedicação para salvaguardar a vida humana”.

3. Fora das unidades de cuidados paliativos. Por coerência com as duas afirmações anteriores, a declaração afirma: “Nos estados e países nos quais a eutanásia ou o SMA são legais, a IAHPIC está de acordo em que as unidades de cuidados paliativos não devem ser responsáveis por supervisionar ou administrar estas práticas, pois isto colocaria os médicos, o seu pessoal e, nalguns casos, os seus doentes e as suas famílias, em posições insustentáveis. A IAHPIC também está de acordo com a Canadian Society of Palliative Care

Physicians e com a Palliative Care Australia, que afirmam que a eutanásia e o suicídio assistido não deveriam integrar a prática dos cuidados paliativos”.

4. Reconhecer a objeção de consciência. Também para o caso daqueles países onde já estão legalizados a eutanásia e o SMA, a IAHPIC declara: “A lei ou as políticas devem incluir cláusulas para que a qualquer profissional de saúde que se oponha a assistir na morte de um doente, se lhe permita negar a participar, e que se dirija esse paciente para um defensor neutral que possa analisar opções e organizar uma transferência, se necessário”.

Algoritmos que complicam a democracia

As buscas na *web* e nas redes sociais são aliadas perfeitas para interromper a nossa atenção. Os seus mecanismos afastam-nos da opinião dos outros, além de propiciar ecossistemas hostis para “aquele que está de fora” do nosso grupo. Cada vez se levantam mais vozes críticas contra os que programam a nossa Internet personalizada.

O CEO da rede social mais importante convoca os gestores da sua empresa. Estamos dentro do idílico complexo californiano que oferece aos seus colaboradores um ecossistema autossuficiente. Ele comunica-lhes o projeto de ligar a sua rede social ao sistema eleitoral do governo: desse modo, todos os utentes poderão votar a partir do seu telefone. Ela, a rapariga tímida, inteligente, sem medo do progresso, levanta a mão. Propõe dar mesmo mais um passo. Por que não obrigar toda a gente a ter uma conta nessa rede social e a votar através dela? Já nos obrigam – diz – a fazer tantas coisas, a pagar tantos impostos, a comportar-nos em público de uma determinada maneira. Ter acesso à opinião de qualquer cidadão em alguns segundos não seria o ideal da vontade popular? Não seria esta, pela primeira vez na história, uma verdadeira democracia?

A [cena](#) do parágrafo anterior corresponde ao filme “[The Circle](#)”, estreado há alguns meses. Tem de se admitir que as perguntas feitas pela personagem interpretada por Emma Watson circulam – com bastante maior complexidade – por muitas cabeças desde há algum tempo. Mas, antes de sair da cena do filme, outra rapariga, a que se está aperceber do desastre que a sua empresa está a causar à sua própria privacidade, objeta: por que motivo o governo trabalharia conosco? E responde o homem de confiança de Tom Hanks, que faz o papel de CEO da rede social: “O governo precisa mais de nós do que nós do governo”.

É justamente disso que trata um recente [número](#) da “The Economist”: das complexas relações entre informação e política, entre o controlo da seleção de conteúdos e as decisões do

votante. A revista intitulou na sua capa: “A ameaça das redes sociais à democracia”. Por baixo, uma mão sustenta a cabeça do “f” do logotipo do Facebook transformando a letra numa pistola. Mas a pergunta é: para onde aponta verdadeiramente essa pistola? Para a democracia? Para nós próprios? Para nenhum lado?

A revista britânica começa por fazer uma contagem de como as redes sociais passaram de constituírem um ar de esperança para a democracia – na Ucrânia, no Irão, no Egito, quando pareciam dar voz às pessoas – para serem o seu castigo. Cita vários exemplos de debates pouco representativos que terminam por crescer artificialmente nos meios de comunicação de massa tradicionais, manipulando o já desinteressado cidadão médio da democracia. Analisa igualmente os [esforços russos](#) para inundar a rede com conteúdo ambíguo – quando não falso – ao ponto de serem chamados “um chorrilho de falsidades”.

O filósofo alemão Jürgen Habermas já tinha assinalado que a conectividade através de redes sociais era uma espada de dois gumes: poderia desestabilizar determinado governo autoritário mas, em simultâneo, também provocaria a erosão da esfera pública das democracias. Para salvar o nosso sistema político – pensa Habermas – necessitamos de reformar a nossa economia da atenção.

A atenção é o bilhete com o qual é feito o tráfego pelas redes sociais. Nelas entramos numa máquina slot machine cuja alavanca são os *push to refresh*. E, dentro da máquina, por seu turno, somos sujeitos ativos que solicitam atenção. Os utentes não partilham publicações porque são informativas – defende a “The Economist” –, mas porque servem para atrair a atenção para eles próprios.

A parte mais interessante do artigo da “The Economist” é a que analisa os ecossistemas que esta dinâmica gera, sobretudo através do [algoritmo secreto](#) do Facebook – e de tantas outras empresas digitais de personalização de conteúdo. Para trabalhar com pessoas que são inúmeras, é preciso desenvolver mecanismos que amplifiquem certas mensagens que, sem perder a ilusão de objetividade, sejam encaminhados para validar as crenças do utente. Que o mantenham num espaço cómodo, seguro, a salvo.

Num recente *TED Talks* esteve presente [Cathy O’Neil](#), matemática e autora de vários livros científicos, com uma apresentação intitulada “[A era da fé cega nos dados em massa deve terminar](#)”. Ela, especialista em algoritmos, explica que para elaborar um, são necessárias duas coisas: dados do passado e uma definição de sucesso. Todos utilizamos – explica – algoritmos para muitas coisas. Por exemplo, para fazer um pequeno-almoço, recordam-se os ingredientes que se utilizaram nos últimos meses e avança-se com uma fórmula que conduza a uma definição de sucesso concreta. E, neste ponto, detém-se O’Neil: “Num pequeno-almoço, dependendo de quem o fizer, a definição de sucesso não é a mesma. Para mim, é fazer com que os meus filhos comam vegetais. Para

eles, é encher a comida com a maior quantidade de Nutella (em Portugal, tulicreme) possível”.

Assim, a autora de [“Weapons of Math Destruction”](#) formula a primeira característica que se deve saber sobre os algoritmos: são opiniões convertidas em código. Neste sentido, o artigo da “The Economist” é bastante claro na queixa: por se tratar de uma empresa que diz que o seu negócio é tornar o mundo mais aberto e conectado, o Facebook é absolutamente fechado e isolado.

Estes ecossistemas contam com várias ferramentas, sobretudo um estado de espírito que explora a noção “dos que estão dentro” *versus* “dos que estão de fora”, e “a arte de fazer sentir-se mal ou irritar alguém por meio de piadas ou comentários parvos”; um tiro apropriado também é uma marca de pertença.

Para evitar a partir das empresas de redes sociais esta reafirmação da bolha virtual – sobretudo para evitar que posições marcadas se convertam em posições extremas – tentaram-se vários remédios: desde [redirecionar buscas](#) perigosas – como se fez com o jihadismo – para conteúdos opostos, até [estabelecer uma polícia](#) na China que censure de modo permanente publicações “problemáticas”. Muitos solicitam que, no Facebook, se possa [qualificar o conteúdo](#) de acordo com o seu nível de confiabilidade.

Por último, como dizia o cientista [Lawrence Krauss](#) no último [documentário](#) de Werner Herzog sobre a Internet: “A Internet vai propagar-se de modo descontrolado e as pessoas vão ter de aprender a ser um filtro de si próprias”. Não existe outra opção – como sempre – a não ser confiar na espécie humana. Mais do que filtros, botões de alerta ou tornar públicos algoritmos, uma democracia necessita de indivíduos livres. Mais do que promover a participação através de redes sociais, uma democracia necessita de indivíduos que sejam donos da sua própria atenção.

A. C. M.

“The Post”

“The Post”

Realizador: Steven Spielberg

Atores: Meryl Streep, Tom Hanks

Duração: 115 min.

Ano: 2017

Este filme de Spielberg, com um elenco de luxo, conta a história real de um episódio sobre a liberdade de imprensa e o papel do jornal “The Washington Post”.

Um relatório confidencial sobre a guerra do Vietname é publicado pelo “The New York Times”. O governo proíbe a divulgação da notícia e das que se seguissem. O caso avança para tribunal. Entretanto, um jornal “regional” e de menor dimensão, a atravessar dificuldades financeiras, o “The Washington Post”, segue as pistas desse relatório e obtém toda a informação secreta. Surge a questão: publicar ou não... os acionistas do jornal temem perder a confiança do governo de Washington. No entanto, a proprietária do jornal, Catherine Graham, decide publicar, transformando o seu jornal num suporte da liberdade, dando-lhe projeção nacional e internacional ao nível dos outros concorrentes. O diretor do jornal cria uma equipa de jornalistas para selecionarem os documentos a divulgar de imediato. O governo também os proíbe, mas preparam tudo na mesma. Quando o Supremo Tribunal dá razão aos jornais, as máquinas de impressão do “Post” arrancam logo. O nome de Kay Graham torna-se sinónimo de credibilidade e anos depois, será o “Post” a revelar o escândalo Watergate e a levar Nixon à demissão...

Tópicos de análise:

1. Um líder sabe ponderar os riscos e avançar em concordância.
2. A motivação de uma equipa cresce ao saber o alcance dos seus atos.
3. O papel dos acionistas deve ir além da procura do lucro imediato.

[Hiperligação](#)

Paulo Miguel Martins

Professor da AESE

